



Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Estarreja,CRL

| | |
|--|----|
| Índice..... | 1 |
| 1 Identificação da Entidade..... | 3 |
| 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras..... | 4 |
| 3 Principais Políticas Contabilistaicas..... | 4 |
| 3.1 Bases de Apresentação..... | 4 |
| 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração..... | 5 |
| 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..... | 10 |
| 5 Activos Fixos Tangíveis..... | 10 |
| 6 Activos Intangíveis..... | 12 |
| 7 Locações..... | 12 |
| 8 Custos de Empréstimos Obtidos..... | 12 |
| 9 Inventários..... | 12 |
| 10 Rédito..... | 12 |
| 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes..... | 13 |
| 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo..... | 13 |
| 13 Efeitos de alterações em taxas de cambio..... | 13 |
| 14 Imposto sobre o Rendimento..... | 13 |
| 15 Benefícios dos empregados | 13 |
| 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais | 14 |
| 17 Outras Informações..... | 14 |
| 17.1 Investimentos Financeiros..... | 14 |
| 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros..... | 14 |
| 17.3 Clientes e Utentes..... | 14 |
| 17.4 Outras contas a receber..... | 15 |

| | |
|--|----|
| 17.5 Diferimentos..... | 15 |
| 17.6 Outros Activos Financeiros..... | 15 |
| 17.7 Caixa e Depósitos Bancários..... | 15 |
| 17.8 Fundos Patrimoniais..... | 16 |
| 17.9 Fornecedores..... | 16 |
| 17.10 Estado e Outros Entes Públicos..... | 16 |
| 17.11 Outras Contas a Pagar..... | 17 |
| 17.12 Outros Passivos Financeiros..... | 17 |
| 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração..... | 17 |
| 17.14 Fornecimentos e serviços externos..... | 18 |
| 17.15 Outros rendimentos e ganhos..... | 18 |
| 17.16 Outros gastos e perdas..... | 19 |
| 17.17 Resultados Financeiros..... | 19 |
| 17.18 Acontecimentos após data de Balanço. | 20 |

1 Identificação da Entidade

A Cerciستا – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Estarreja, CRL, com o NIPC 500896046, é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Cooperativa com estatutos publicados no Diário da República nº.128 de 03 de Junho de 2003, Série III, com sede na Rua da Escola do Agro, 5 3860-358 Estarreja. Tem como actividade a solidariedade social e o desenvolvimento de actividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a crianças, jovens e adultos deficientes ou com problemas de inserção sócio-profissional, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades. A Entidade tem como objectivos:

- Promover a prevenção da deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;
- Desenvolver acções de informação e sensibilização junto da opinião pública para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;
- Promover a detecção precoce das perturbações no desenvolvimento da personalidade da criança, através de uma colaboração estreita com as infra-estruturas de saúde, escolares, de apoio à infância e outras, e intervir imediatamente no sentido de ajudar a resolvê-las, através de acompanhamento e apoio a prestar a essas crianças e às respectivas famílias;
- Promover o desenvolvimento das capacidades de crianças, jovens e adultos deficientes ou com graves problemas ao nível de inserção social e aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, ao exercício pleno dos direitos de cidadania e à realização, o mais harmoniosa e completa possível, das suas personalidades;
- Promover o desenvolvimento de actividades de apoio a pessoas com graves problemas ao nível de autonomia, visando promover o seu bem-estar e salvaguardar padrões razoáveis de qualidade de vida;
- Pugnar pela irradicação de preconceitos e atitudes de incompreensão ou geradores de marginalização ou exclusão social que porventura se coloquem relativamente à pessoa com deficiência, designadamente através da compreensão das causas e da adopção de atitudes adequadas às mesmas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos

locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizada, correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.3 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.4 Activos Intangíveis

(Não aplicável)

3.2.5 Investimentos financeiros

Ver quadro na nota 17.1

3.2.6 Inventários

Para os anos de 2018 e 2019 os valores dos Inventários e do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas foram os seguintes:

| Descrição | Inventário 01-Jan-2018 | Compras 2018 | Inventário 31-Dez-2018 | Compras 2019 | Inventário 31-Dez-2019 |
|--|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de Consumo | 53,02 | 10.127,75 | 61,74 | 10.418,09 | 41,60 |
| Produtos Acabados e Intermédios | | | | | |
| Produtos e Trabalhos em Curso | | | | | |
| | | | | | |
| Total | 53,02 | 10.127,75 | 61,74 | 10.418,09 | 41,60 |
| Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas | | 10.119,03 | | 10.438,23 | |

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Ver quadro na nota 17.2

Clientes/Utentes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes/Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações incluídas na rubrica “Outras Variações do Fundo Patrimonial” e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

(Não aplicável)

3.2.10 Financiamentos Obtidos

A Entidade tem na Conta “Financiamentos Obtidos-Outra Entidades” o valor de 18.701,99 € referente a uma viatura ligeira de passageiros em regime de leasing.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(Não aplicável)

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018

| | Saldo em 01/01/2018 | Aquisições / Dotações | Abates | Transf. | Reval . | Saldo em 31/12/2018 |
|--|--------------------------------|----------------------------------|-------------------|----------------|--------------------|--------------------------------|
| Custo | | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 35.587,75 | | | | | 35.587,75 |
| Edifícios e Outras Construções | 437.500,00 | | | | | 437.500,00 |
| Equipamento Básico | 130.749,06 | 947,75 | | | | 131.696,81 |
| Equipamento de Transporte | 164.400,76 | 42.950,00 | 102.428,03 | | | 104.922,73 |
| Equipamento Biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento Administrativo | 10.356,41 | | | | | 10.356,41 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 40.920,37 | 1.523,61 | | | | 42.443,98 |
| Imoveis Rec.p/Doação c/Reserva Usufruto | 50.784,86 | | | | | 50.784,86 |
| Total | 870.299,21 | 45.421,36 | 102.428,03 | | | 813.292,54 |

Depreciações Acumuladas

| | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------|--|-------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | | | | 0,00 |
| Edifícios e Outras Construções | 435.000,00 | 500,00 | | | | 435.500,00 |
| Equipamento Básico | 127.086,56 | 1.616,74 | | 93,66 | | 128.796,97 |
| Equipamento de Transporte | 146.745,21 | 9.472,65 | 102.428,03 | | | 53.789,83 |
| Equipamento Biológico | 0,00 | 0,00 | | | | 0,00 |
| Equipamento Administrativo | 9.542,99 | 0,00 | | 813,42 | | 10.356,41 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 26.354,60 | 4.632,47 | | -907,08 | | 30.080,09 |
| Total | 744.729,36 | 16.221,86 | 102.428,03 | | | 658.523,30 |

31 de Dezembro de 2019

| | Saldo em 01/01/2019 | Aquisições / Dotações | Abates | Transf . | Reval. | Saldo em 31/12/2019 |
|--|--------------------------------|----------------------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------------------|
| Custo | | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 35.587,75 | | | | | 35.587,75 |
| Edifícios e Outras Construções | 437.500,00 | | | | | 437.500,00 |
| Equipamento Básico | 131.696,81 | 7.603,27 | | | | 139.300,08 |
| Equipamento de Transporte | 104.922,73 | 33.882,20 | | | | 138.804,93 |
| Equipamento Biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento Administrativo | 10.356,41 | 495,15 | | | | 10.851,56 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 42.443,98 | 1.038,51 | | | | 43.482,49 |
| Imoveis Rec.p/Doação c/Reserva Usufruto | 50.784,86 | | | | | 50.784,86 |
| Total | 813.292,54 | 43.019,13 | | | | 856.311,67 |

Depreciações Acumuladas

| | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|------------------|--|--|--|-------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | | | | 0,00 |
| Edifícios e Outras Construções | 435.500,00 | 500,00 | | | | 436.000,00 |
| Equipamento Básico | 128.796,97 | 1.812,01 | | | | 130.608,98 |
| Equipamento de Transporte | 53.789,83 | 19.800,31 | | | | 73.590,14 |
| Equipamento Biológico | 0,00 | 0,00 | | | | 0,00 |
| Equipamento Administrativo | 10.356,41 | 0,00 | | | | 10.356,41 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 30.080,09 | 5.742,52 | | | | 35.822,61 |
| | 658.523,30 | 27.854,84 | | | | 686.378,14 |

Ativos Fixos Tangíveis em Curso 21.757,76 €

Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável)

7 Locações

Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros em regime de leasing.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não houve Custos no ano 2019

9 Inventários

Ver quadro na nota 3.2.6

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Vendas | 6.375,21 | 4.992,25 |
| Prestação de Serviços | 66.075,21 | 69.701,61 |
| Quotas dos Utilizadores | 65.360,21 | 67.674,61 |
| Quotas e Joias | 715,00 | 2.027,00 |
| Promoções para captação de recursos | | |
| Rendimentos de Patrocinadores e Colaboradores | | |
| Matriculas e Mensalidades | | |
| Juros | | |
| Royalties | | |
| Dividendos | | |
| Total | 72.450,42 | 74.693,86 |

11 Provisões, passivos contingente e activos contingentesProvisões

(Não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Ver quadro na nota 17.13

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(Não aplicável)

15 Benefícios dos Empregados

Os Órgãos Sociais da Entidade são Conselho de Administração, composto no período de 2019 por 7 elementos , o Conselho Fiscal, composto no mesmo período, por 3 elementos e a Mesa da Assembleia Geral composta também no mesmo período por 3 elementos. Os membros dos Órgãos Sociais não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 21.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Remunerações aos Órgãos Sociais | | |
| Remunerações do Pessoal | 290.379,09 | 293.700,14 |
| Benefícios Pós-Emprego | | |
| Indemnizações | | |
| Encargos sobre as Remunerações | 57.187,44 | 58.380,06 |
| Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais | 2.457,75 | 2.356,27 |
| Gastos de Acção Social | | |
| Outros Gastos com o Pessoal | 2.207,59 | 1.197,60 |
| Total | 352.231,87 | 355.634,07 |

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.
A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

FCT-Fundo Compensação Trabalho 1.145,76 €

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Outras Variações Fundos Patrimoniais 75.539,03 €

17.3 Clientes e Utentes

A rubrica “ Clientes e Utentes” tinha nos anos de 2019 e 2018 os saldos descritos no quadro seguinte:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|-----------------|
| Clientes e Utentes c/c | 1.651,03 | 1.984,45 |
| Clientes | | |
| Utentes | 1.651,03 | 1.984,45 |
| Clientes e Utentes Títulos a Receber | | |
| Clientes | | |
| Utentes | | |
| Clientes e Utentes Factoring | | |
| Clientes | | |
| Utentes | | |
| Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa | | |
| Clientes | | |
| Utentes | | |
| Total | 1.651,03 | 1.984,45 |

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a seguinte decomposição:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Adiantamentos ao Pessoal | | |
| Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos | | |
| Devedores por Acréscimos de Rendimentos | | |
| ... | | |
| Outros Devedores | 125,00 | 468,00 |
| Perdas Por Imparidade | | |
| Total | 125,00 | 468,00 |

17.5 Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” teve nos anos 2019 e 2018 os seguintes saldos:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| Gastos a Reconhecer | | |
| Gastos a Reconhecer | 2.319,56 | 1.632,65 |
| ... | | |
| Total | 2.319,56 | 1.632,65 |
| Rendimentos a Reconhecer | | |
| Rendimentos a Reconhecer | 0,00 | 189,50 |
| ... | | |
| Total | 0,00 | 189,50 |

17.6 Outros Activos Financeiros

(Não aplicável)

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-------------------|-------------------|------------------|
| Caixa | 583,99 | 743,96 |
| Depósitos à Ordem | 121.059,97 | 71.041,71 |
| Depósitos a Prazo | | |
| Outros | | |
| Total | 121.643,96 | 71.785,67 |

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo em 01/01/2019 | Aumentos | Diminuições | Saldo em 31/12/2019 |
|--|---------------------|------------------|-------------|---------------------|
| Fundos | 5.057,50 | 260,00 | | 5.317,50 |
| Excedentes Técnicos | | | | |
| Reservas | 221.843,45 | | | 221.843,45 |
| Resultados Transitados | -129.755,13 | 9.103,91 | | -120.651,22 |
| Excedentes de Revalorização | | | | |
| Outras Variações nos Fundos Patrimoniais | 68.637,22 | 6.901,81 | | 75.539,03 |
| Total | 165.783,04 | 16.265,72 | | 182.048,76 |

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Fornecedores c/c | 8.383,76 | 3.916,48 |
| Fornecedores Titulos a Pagar | | |
| Fornecedores Faturas em Recepção e Conferência | | |
| Total | 8.383,76 | 3.916,48 |

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Imposto S/Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) | | |
| Imposto S/Valor Acrescentado (IVA) | | |
| Outros Impostos e Taxas-Iva Reembolsos | 208,63 | 349,62 |
| Total | 208,63 | 349,62 |
| Passivo | | |
| Imposto S/Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) | | |
| Imposto S/Valor Acrescentado (IVA) | 901,76 | 534,17 |
| Imposto S/Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS) | 3.182,47 | 4.188,00 |
| Segurança Social | 14.428,43 | 16.315,72 |
| Outros Impostos e Taxas – FCT/FGCT /I.M.I | 55,63 | 43,05 |
| Total | 18.568,29 | 21.080,94 |

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | | 2018 | |
|---------------------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| Pessoal | | 55.492,90 | | 50.123,94 |
| Remunerações a Liquidar | | 55.492,90 | | 50.123,94 |
| Cauções | | | | |
| Outras Operações | | | | |
| Perdas p/Imparidade Acumuladas | | | | |
| Fornecedores de Investimentos | | | | |
| Credores P/Acréscimos de Gastos | | 350,17 | | 591,75 |
| Outros Credores | | 2.102,65 | | 3.151,47 |
| | | | | |
| Total | | 57.945,72 | | 53.867,16 |

17.12 Outros Passivos Financeiros

(Não aplicável)

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Conforme quadro seguinte:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Subsídios do Governo | | |
| Centro Regional Segurança Social | 256.017,54 | 249.945,60 |
| Direcção Regional Educação Centro | | |
| DGESTE-Valência CRI | 43.557,24 | 43.557,24 |
| DGESTE-Valência Educativa | | |
| DGESTE-Aditamento Contrato Cooperação | | |
| Total | 299.574,78 | 293.502,84 |

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Subsídios Outras Entidades / Doações | | |
| Legados | | |
| Municípios de Estarreja e Murtosa | 19.692,73 | 19.816,26 |
| Juntas de Freguesia | 3.800,00 | 3.380,00 |
| Inst.Emprego e Formação Profissional | 2.540,51 | 117,23 |
| Contrato Emprego Inserção | 2.540,51 | 117,23 |
| Estagio Profissional | | |
| INR-Inst.Nacional p/Reabilitação | 32.356,73 | 24.935,26 |
| Projeto Di-ver(s)ão | 10.409,96 | 2.678,47 |
| Projeto Diferenciarte | 21.946,77 | 12,197,10 |
| Projeto Ser Mais | 0,00 | 10.059,69 |

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Subcontratos | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Especializados | 29.212,94 | 22.586,22 |
| Materiais | 26.699,43 | 17.260,22 |
| Energia e Fluidos | 21.262,18 | 23.926,74 |
| Deslocações, Estadas e Transportes | 2.836,85 | 288,32 |
| Serviços Diversos | 8.566,07 | 10.647,37 |
| Total | 88.577,47 | 74.708,87 |

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|------------------|------------------|
| Outros Rendimentos e Ganhos | 86.777,65 | 59.941,02 |
| Rendimentos Suplementares | | |
| Descontos de Pronto Pagamento Obtidos | 0,00 | 12,11 |
| Recuperação de Dívidas a Receber | | |
| Ganhos em Inventários | | |
| Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos | | |
| Rendimentos e Ganhos nos Restantes Ativos Financeiros | | |
| Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros | 8.277,13 | 7.750,00 |
| Outros | 57.344,47 | 39.851,52 |
| Donativos-EBF | 21.156,05 | 11.801,15 |
| Correções Fav.Exercicios Anteriores | 0,00 | 526,24 |

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|------------------|
| Impostos (IMI/AIMI) | 92,25 | 92,25 |
| Descontos de Pronto Pagamento Concedidos | | |
| Dividas Incobráveis | | |
| Perdas em Inventários | | |
| Gastos e perdas em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos | | |
| Gastos e Perdas nos Restantes Ativos Financeiros | | |
| Gastos e Perdas Investimentos não Financeiros | | |
| Outros Gastos e Perdas | 3.731,24 | 9.275,98 |
| Quotizações | 109,00 | 112,00 |
| Taxas | 541,61 | 707,00 |
| Total | 4.474,10 | 10.187,23 |

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Juros e Gastos Similares Suportados | | |
| Juros Suportados | | |
| Diferença de Câmbio Desfavoráveis | | |
| Operações Realizadas Inst.Crédito | 186,00 | 411,50 |
| Total | 186,00 | 411,50 |
| Juros e Rendimentos Similares Obtidos | | |
| Juros Obtidos | | |
| Dividendos Obtidos | | |
| Outros Rendimentos Similares | | |
| Total | 0,00 | 0,00 |
| Resultados Financeiros | -186,00 | -411,50 |

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Tendo vindo a ser noticiado casos de infeções com o novo coronavírus (COVID-19) na população portuguesa e em vários países, com grande incidência nas IPSS, foi declarada uma pandemia global.

Foram tomadas medidas como: suspensão das atividades, por forma a garantir a segurança e evitar riscos de contaminação de utentes e colaboradores.

Não é possível neste momento prever a magnitude dos efeitos da pandemia do COVID-19 para a economia em geral, nem a sua repercussão para a nossa Instituição.

Contudo é convicção que, apesar dos impactos decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19 o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das Demonstrações Financeiras, se mantém apropriado.